



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª
DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE
ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA E COM GARANTIA ADICIONAL
FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA PRODUQUÍMICA INDÚSTRIA E
COMÉRCIO S.A.**

1º Ofício do Registro de Títulos e Documentos
Cidade do Rio de Janeiro

3739499 - 1844529

Custas: R\$
Total 869,31



Emi 614,67-FETJ 126,25-RD 16,64-MM 10,65-AC 0,21-FUNOPRJ
30,73-FUNPERJ 30,73-FUNARPEM 24,58
Registrado e digitalizado em 14/11/2013

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **PRODUQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.754, 3º andar, Cerqueira César, CEP 01310-920, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o n.º 60.398.138/0001-12, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Emissora**");

e, como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 2ª (segunda) emissão pública de debêntures da Emissora ("**Debenturistas**" e, individualmente, "**Debenturista**");

(b) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Av. das Américas, 500, Bloco 13, Sala 205- Barra da Tijuca, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 36.113.876/0001-91, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social ("**Agente Fiduciário**");

e, ainda, na qualidade de interveniente-fiadores:

MARCELO FARIA DE LIMA, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG n.º 05.952.648-3 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 715.269.947-04, com escritório na Avenida das Nações Unidas, 12.551, 15º andar, conjunto 1.507, parte, CEP 04578-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("**Marcelo**");

ERWIN THEODOR HERMAN LOUISE RUSSEL, holandês, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RNE n.º V183839U e inscrito no CPF/MF sob o n.º 213.738.288-11, com escritório na Avenida das Nações Unidas, 12.551, 15º

JUCESP
11.13
andar, conjunto 1.507, parte, CEP 04578-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Erwin"); e

GERHARD WALTER SCHULTZ, brasileiro, casado, químico, portador da Cédula de Identidade RG n.º 6.931.515 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 011.723.908-94, com escritório na Avenida Paulista, 1.753, 3º andar, CEP 01310-920, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo ("Gerhard" e, em conjunto com Marcelo e Erwin, os "Fiadores");

vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária e com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Produquímica Indústria e Comércio S.A." ("Escritura de Emissão"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada com base na deliberação e aprovação das condições da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária e com garantia adicional fidejussória, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente) em Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 30 de outubro de 2013 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e do estatuto social da Emissora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

2.1. A emissão das Debêntures será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Dispensa de Registro na CVM e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1.1. A Emissão, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, será realizada nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que



JUCESP
08.11.13

trata o artigo 6º da Instrução CVM 476 e do artigo 19 da Lei nº. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, sendo necessário o envio de comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM, nos termos do artigo 8º da Instrução CVM 476.

2.1.1.2. A Oferta Restrita (conforme definida abaixo) está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), nos termos do parágrafo primeiro do artigo 25 do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”.

2.1.2. Arquivamento na JUCESP e Publicação da Ata de AGE

2.1.2.1. A ata da AGE que deliberou e autorizou a Emissão será publicada em 31 de outubro de 2013 no “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e no jornal “Empresas & Negócios” e devidamente arquivada perante a JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.3. Arquivamento da Escritura de Emissão na JUCESP

2.1.3.1 Esta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão protocolados para registro na JUCESP em até 05 (cinco) dias corridos contados da data da respectiva assinatura, de acordo com o artigo 62, inciso II, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser entregues cópias dos protocolos dos respectivos pedidos de registro ao Agente Fiduciário em até 02 (dois) dias úteis contados da data do efetivo protocolo.

2.1.3.2. Após a realização dos efetivos registros mencionados no item 2.1.3.1. acima deverá ser entregue ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original do respectivo documento registrado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data do efetivo registro.

2.1.4. Registro para Distribuição e Negociação

2.1.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”) e do Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP 21”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição e as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

JUCESP
08 11 13

2.1.4.2. Não obstante o descrito no item 2.1.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definidos), depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e do cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

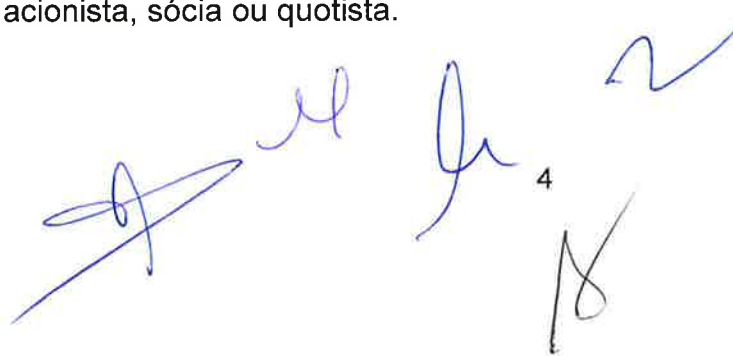
2.1.5. Registro da Fiança

2.1.5.1. Em virtude da Fiança prestada na Cláusula 4.12 abaixo, esta Escritura de Emissão deverá ser registrada no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do domicílio da Emissora, do Agente Fiduciário e dos Fiadores, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de obtenção do registro desta Escritura de Emissão na JUCESP. No prazo de 5 (cinco) dias úteis após tal registro, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

2.1.6. Objeto Social da Emissora

2.1.6.1. Nos termos do artigo 3º do estatuto social da Emissora, a Emissora tem por objeto social: (a) indústria, comércio, depósito, importação e exportação de produtos químicos, metálicos e farmacêuticos para fins industriais, agropecuários, produtos para alimentação animal e de uso veterinário; (b) a indústria e comércio de minérios em geral, em todo o território nacional e no exterior, compreendendo a pesquisa, exploração, lavra, beneficiamento, industrialização, transporte, exportação, importação, depósito e comércio de bens e produtos minerais; (c) a produção, distribuição, importação, exportação e o comércio geral de soda cáustica, cloro liquefeito, demais produtos químicos e de respectivas matérias primas e produtos derivados, afins ou correlatos; (d) a prestação de serviços especializados e a intermediação de negócios relacionados ao seu objeto social; (e) representações nacionais e estrangeiras, distribuição de quaisquer produtos, associações com terceiros, edição de publicações relacionadas às atividades da empresa; (f) o comércio, exportação e distribuição de produtos agrícolas em geral, próprios ou de terceiros, em seus estados in natura, brutos, beneficiados ou industrializados, produtos de qualquer natureza; e (g) a participação em outras sociedades no Brasil e/ou no exterior, como acionista, sócia ou quotista.

4



CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

3.1.1. A presente Escritura de Emissão representa a 2ª (segunda) Emissão de Debêntures da Emissora.

3.2. Valor Total da Emissão

3.2.1. O valor total da Emissão será de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão").

3.3. Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em série única.

3.4. Quantidade de Debêntures

3.4.1. Serão emitidas 15.000 (quinze mil) Debêntures.

3.5. Destinação de Recursos

3.5.1. Os recursos captados por meio da Oferta Restrita serão destinados ao pagamento de dívidas em dólar da Emissora, sem a necessidade de antecipação dos respectivos vencimentos.

3.6. Escriturador Mandatário e Banco Liquidante

3.6.1. O banco liquidante da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 10º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante") e o escriturador mandatário e instituição depositária das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 10º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário").

3.7. Imunidade ou Isenção de Debenturistas

3.7.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis, antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, a documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.8. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.8.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de garantia firme de colocação ("Oferta Restrita"), com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder" e "Coordenadores"), conforme o "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária e com Garantia Adicional Fidejussória, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 2ª (Segunda) Emissão da Produquímica Indústria e Comércio S.A." a ser celebrado entre os Coordenadores e a Emissora ("Contrato de Distribuição").

3.8.2. Os Coordenadores serão responsáveis pela estruturação e coordenação da Oferta Restrita, e o plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição").

3.8.2.1. Os Coordenadores, em conjunto, poderão acessar até, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), sendo possível a subscrição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), nos termos da Instrução CVM 476.

3.8.3. O público alvo da Oferta Restrita será composto por investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº. 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado ainda o disposto nos incisos I e II do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").

3.8.3.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita: (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados, e (ii) as pessoas naturais e jurídicas

consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.8.4. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese.

3.8.5. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o Plano de Distribuição descrito nesta Cláusula Terceira.

3.8.6. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outros, estar ciente de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA, (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão, e (iii) estar integralmente de acordo com todos os termos e condições da Oferta Restrita.

3.8.7. Não será concedido qualquer tipo de desconto aos interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, exceto pelo disposto na Cláusula 3.8.3 acima, independentemente de ordem cronológica.

3.8.8. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez, tampouco será celebrado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado, ainda, contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

3.8.9. A Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º, da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta Restrita dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

3.8.10. O prazo máximo de colocação das Debêntures será de até 5 (cinco) dias corridos contados da data de início da Oferta Restrita, conforme previsto no Contrato de Distribuição ("Prazo de Colocação").

JUCESP
08.11.13

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão das Debêntures

4.1.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 30 de outubro de 2013 ("Data de Emissão").

4.2. Tipo, Conversibilidade, Forma e Comprovação de Titularidade

4.2.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas e certificados.

4.2.2. Para todos os fins de direito e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador, Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato em nome do Debenturista expedido pela CETIP, para as Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente no CETIP 21.

4.3. Espécie

4.3.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, da Lei das Sociedades por Ações e contarão com garantia adicional fidejussória, nos termos da Cláusula 4.12 abaixo.

4.4. Prazo e Data de Vencimento

4.4.1. As Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de outubro de 2018 ("Data de Vencimento").

4.5. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.5.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.6. Amortização Programada

4.6.1. O Valor Nominal Unitário será amortizado, a partir do 36º (trigésimo sexto) mês contado da Data de Emissão, em 3 (três) parcelas anuais, da seguinte forma:

   ⁸ 

Data de Amortização	Proporção de Amortização das Debêntures
30/10/2016	33,3300%
30/10/2017	33,3300%
30/10/2018	33,3400%

4.7. Preço e Forma de Subscrição e Integralização

4.7.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva integralização, utilizando-se, para tanto, 8 (oito) casas decimais, sem arredondamentos, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.8. Remuneração

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será corrigido ou atualizado monetariamente por qualquer índice.

4.8.2. As Debêntures farão jus, a uma remuneração correspondente a 123% (cento e vinte e três por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP ("Taxa DI") no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>), calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do último Período de Capitalização, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula a seguir:

$$J = VNe \times (\text{Fator DI} - 1)$$

4.8.2.1 – Período de Capitalização: Período compreendido entre a Data de Emissão, ou data de pagamento da remuneração imediatamente anterior e a próxima data de pagamento.

onde:

J = Valor da Remuneração das Debêntures devida em cada período de

capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures no Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = produtório das Taxas DI-Over, com uso de percentual aplicado, da Data de Emissão ou data de pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, inclusive, até a respectiva data de pagamento da Remuneração ou Data de Vencimento, conforme o caso, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

n = Número total de Taxas DI-Over consideradas na atualização das Debêntures, sendo "n" um número inteiro;

p = percentual aplicado sobre a Taxa DI-Over, informado com 2 (duas) casas decimais, correspondente a 123,00 (cento e vinte e três inteiros);

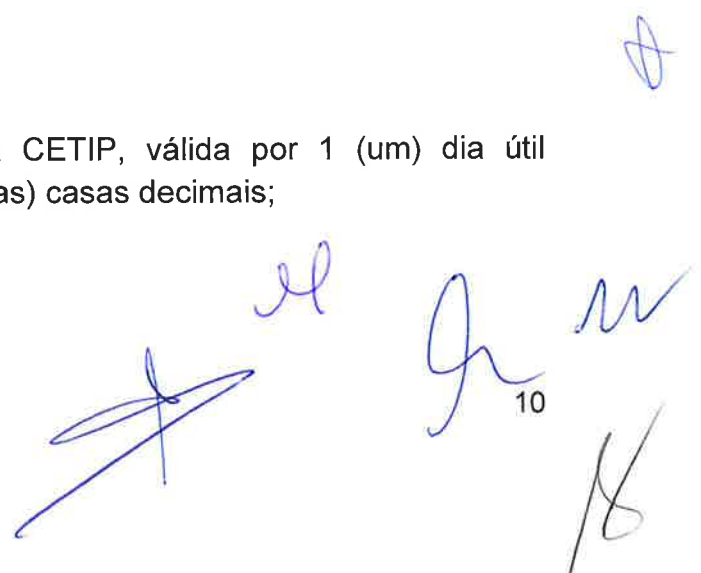
TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k = 1, 2, ..., n;

DI_k = Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;



sendo que:

- (i) o fator resultante da expressão $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100}\right)$ será considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento, assim como seu produtório;
- (ii) efetua-se o produtório dos fatores diários, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (iv) as Taxas DI deverão ser utilizadas considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.8.3.1. Na hipótese de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade da Taxa DI por disposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") (na forma e nos prazos estipulados na Cláusula Oitava desta Escritura de Emissão e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser aplicado, o qual deverá refletir os parâmetros utilizados em operações similares existentes à época, as quais utilizavam como base a Taxa DI ("Taxa Substitutiva"). A AGD será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse novo parâmetro de Remuneração, será utilizado, para o cálculo do valor da Remuneração, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação da Taxa Substitutiva.

4.8.3.2. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD

JUCESP
08.11.13

prevista acima, referida AGD não será realizada, e a Taxa DI, a partir de sua validade e/ou divulgação, conforme o caso, voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures desde o dia de sua validade ou divulgação, conforme o caso, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas com relação à última Taxa DI divulgada oficialmente e a Taxa DI que se tornar válida ou voltar a ser divulgada, nos termos deste item 4.8.3.2.

4.8.3.3. Caso, na AGD prevista no item 4.8.3.1. acima, não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, consequentemente, cancelar a totalidade das Debêntures em Circulação, sem o pagamento de multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD ou até a Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso. Neste caso, para o cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures que serão resgatadas, será utilizado o percentual correspondente à última Taxa DI oficialmente disponível.

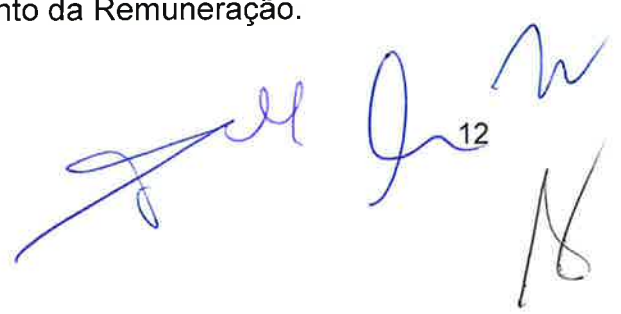
4.8.4. Os Fiadores desde já concordam com o disposto no item 4.8.3. acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor.

4.9. Pagamento da Remuneração

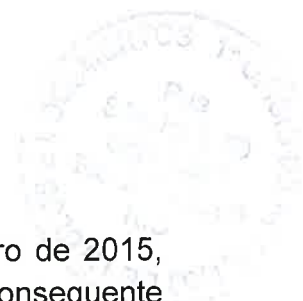
4.9.1. A Remuneração será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 30 de abril de 2014 e os restantes no dia 30 dos meses de outubro e abril subsequentes, devendo o último pagamento ocorrer na Data de Vencimento (ou na data em que ocorrer o resgate antecipado ou vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, se for o caso) ("Data de Pagamento da Remuneração").

4.9.2. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.10. Oferta de Resgate Antecipado



JUCESP
08 11 13


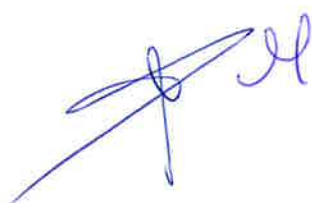





4.10.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, até 30 de outubro de 2015, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures de que forem titulares, da seguinte forma ("Oferta de Resgate Antecipado"):

- a) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação, de anúncio nos termos da Cláusula 4.18 abaixo ("Editais de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (i) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (ii) a forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado; e (iii) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;
- b) após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido, de forma escrita, à Emissora até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Findo o prazo estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, a Emissora terá o prazo de 3 (três) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures objeto do resgate;
- c) a Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação desta por um percentual mínimo de Debêntures, a ser definido e divulgado por meio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado; e
- d) A Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP e o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário sobre a realização da Oferta de Resgate Antecipado com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de sua efetivação.

4.11. Resgate Antecipado Facultativo

4.11.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a partir de 30 de outubro de 2015 realizar o resgate antecipado total das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo").

JUCESP
08 11 13

4.11.1. Não será admitido o Resgate Antecipado Facultativo parcial das Debêntures.

4.11.2. O valor a ser pago aos Debenturistas em razão do resgate antecipado previsto nesta Cláusula 4.11.2 será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do resgate, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento; e (b) do prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, conforme tabela abaixo:

Período	Percentual do Prêmio
de 01/11/2015 à 30/10/2016	1,00%
de 01/11/2016 à 30/10/2017	0,60%
de 01/11/2017 à 30/10/2018	0,35%

4.11.3. O Anúncio de Resgate Antecipado Facultativo deverá ser realizado pela Emissora por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data pretendida para o Resgate Antecipado Facultativo da totalidade das Debêntures em Circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, nos termos do item 4.19.1. abaixo, o qual deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo, incluindo: (a) o respectivo valor do prêmio de resgate, conforme descrito nos itens 4.11.1 ou 4.11.2 acima, conforme o caso, (b) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas, e (c) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas ("Editais de Resgate Antecipado Facultativo").

4.11.3.1. A Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP e o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário sobre a realização do Resgate Antecipado Facultativo com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de sua efetivação.

4.12. Aquisição Facultativa

4.12.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto (i) nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, (ii) no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e (iii) nas regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da

00CESP
08.11.13

Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

4.13. Fiança

4.13.1. As Debêntures da presente Emissão, e as obrigações assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, são garantidas por fiança, constituída neste ato, prestada pelos Fiadores qualificados no preâmbulo desta Escritura de Emissão que, por este instrumento e na melhor forma de direito, se obrigam na qualidade de devedores, solidários, coobrigados e principais pagadores, de todas as obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, ("Fiança"), nos termos do artigo 818 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), até sua final liquidação, com renúncia expressa aos benefícios previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil, e os artigos 77 e 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

4.13.2. A Fiança garante o pagamento do valor total das obrigações inerentes à Emissão, o qual inclui: (i) o Valor Nominal das Debêntures, acrescido de Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso, calculados nos termos desta Escritura de Emissão; bem como (ii) todas as despesas comprovadas acessórias ao principal, incluindo eventual pagamento de indenização e (iii) todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrida pelo Agente Fiduciário, inclusive a remuneração prevista na Cláusula 4.8 acima, ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão ("Valor Garantido"). Todo e qualquer pagamento realizado pelos Fiadores em relação à Fiança ora prestada será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, exceto nas hipóteses de retenção direta na fonte.

4.13.3. O Valor Garantido será pago pelos Fiadores, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, em até 02 (dois) dias úteis contados do recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário aos Fiadores, emitida nos termos desta Escritura de Emissão, que deverá ser acompanhada, quando

JUCESP
08.11.13

aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser emitida pelo Agente Fiduciário em 01 (um) dia útil contado da verificação da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de pagamento definida na presente Escritura de Emissão. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções razoáveis recebidas do Agente Fiduciário por meio da notificação.

4.13.4. Fica facultado aos Fiadores efetuar pagamento de obrigação inadimplida pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação do Agente Fiduciário, inclusive, durante eventual prazo de cura estabelecido nesta Escritura de Emissão, hipótese em que o inadimplemento da Emissora será sanado pelos Fiadores.

4.13.5. Os Fiadores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta cláusula, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que os Fiadores obrigam-se a somente exigir e/ou demandar tais valores da Emissora após os Debenturistas e o Agente Fiduciário terem recebido integralmente o Valor Garantido.

4.13.6. Os Fiadores declaram e garantem que todas as autorizações necessárias para prestação desta Fiança foram obtidas e se encontram em pleno vigor.

4.13.7. A Fiança aqui referida é prestada pelos Fiadores em caráter irrevogável e irretratável e vigorará enquanto houver Debêntures em Circulação, ou até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas e quaisquer obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão.

4.13.7.1. Caso a Emissora realize oferta pública inicial de ações e esta conte no todo ou em parte com emissão primária de ações e, nesta ocasião, seja verificado que a relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA da Emissora é menor ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) vezes, apurado com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas (conforme definido abaixo) trimestrais da Emissora, referentes ao trimestre em que tiver sido realizada a oferta pública inicial de ações, as Fianças ora constituídas ficarão automaticamente liberadas.

4.13.7.2. Uma vez configurada uma das hipóteses de encerramento ou liberação da Fiança, nos termos das cláusulas 4.12.7. e 4.12.7.1. acima, ficará a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, responsável por formalizar tal encerramento ou liberação, devendo, para tanto, elaborar e assinar aditamento a presente Escritura de Emissão e proceder com a baixa perante os Cartórios competentes.

08 11 13

4.13.8. Os Fiadores, desde já, reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do cumprimento integral de todas as obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures, conforme os termos desta Escritura de Emissão.

4.13.9. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto.

4.13.10. Os Fiadores firmam esta Escritura de Emissão declarando conhecer e concordar com todos os seus termos e condições.

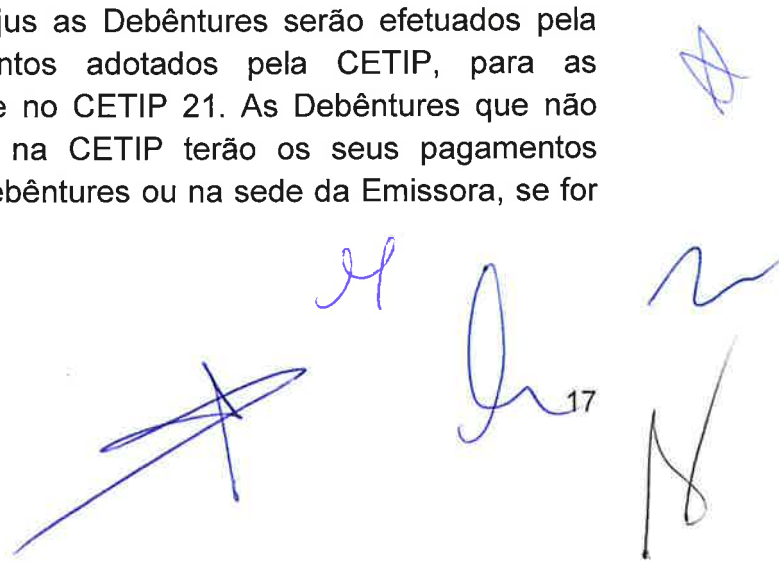
4.13.11. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação do Valor Garantido.

4.13.12. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelos Fiadores com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.13.13. Na hipótese de morte de qualquer um dos Fiadores, a Emissora deverá apresentar, em até 10 (dez) dias, nova garantia, a ser aprovada pelos Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação. Na hipótese de não aprovação da nova garantia, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 5 abaixo.

4.14. Forma e Local de Pagamento

4.14.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP 21. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP terão os seus pagamentos realizados pelo Banco Liquidante das Debêntures ou na sede da Emissora, se for o caso.



JUCE SP
08 11 13

4.15. Repactuação

4.15.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.16. Prorrogação dos Prazos

4.16.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes da Emissão, inclusive pelos Debenturistas, conforme disposto nesta Escritura de Emissão, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional.

4.17. Encargos Moratórios

4.17.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora e/ou pelos Fiadores de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora à taxa de 1% (um por cento) ao mês, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas para cobrança.

4.18. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

4.18.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.16. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou encargos moratórios a partir da data em que o correspondente valor foi disponibilizado pela Emissora, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a referida data.

JUL 31 08 11 13

4.19. Publicidade

4.19.1. Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser publicados nos órgãos da imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, bem como na página da Emissora na Internet, qual seja <http://www.produquimica.com.br>, na mesma data de sua publicação, devendo o prazo de manifestação dos Debenturistas, caso seja necessária nos termos da legislação aplicável e desta Escritura de Emissão, corresponder àquele estabelecido na legislação aplicável em vigor e/ou nesta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA QUINTA – DO VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Observados os itens 5.2 e 5.3 abaixo, o Agente Fiduciário mediante comunicação por escrito à Emissora, deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, bem como dos demais encargos devidos e não pagos até a data do vencimento antecipado, apurado na forma da lei e de acordo com o disposto nesta Escritura de Emissão, na ciência da ocorrência das seguintes hipóteses (cada um deles, um "Evento de Inadimplemento"):

- (a) descumprimento, pela Emissora e/ou Fiadores, de quaisquer obrigações pecuniárias oriundas da Emissão em especial aquelas referentes ao pagamento do Valor Nominal Unitário e Remuneração pactuados com relação às Debêntures não sanado no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data do respectivo vencimento;
- (b) descumprimento, pela Emissora e/ou Fiadores, de qualquer obrigação não pecuniária estabelecida nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento de comunicação escrita do referido descumprimento enviada (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora, o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura/remediação específico nesta Escritura de Emissão;
- (c) inadimplemento ou decretação de vencimento antecipado de qualquer

operação financeira ou acordo do qual a Emissora e suas controladas diretas sejam parte como devedoras (incluindo, mas não se limitando a empréstimos no mercado local ou internacional, instrumentos derivativos e operações similares) ou de mercado de capitais cujo valor unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e, apenas para os Fiadores, cujo valor unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

- (d) aquisição do Controle da Emissora por pessoa, natural ou jurídica, ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum, inclusive em decorrência de reorganização societária por meio de fusão, cisão (total ou parcial) ou incorporação (inclusive de ações), sendo "Controle" entendido, cumulativamente, como: (i) a titularidade de direitos de sócio que assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral da Emissora e o poder de eleger a maioria dos administradores da Emissora; e (ii) o uso efetivo do seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Emissora;
- (e) protesto de títulos contra a Emissora cujo montante, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e, no caso dos Fiadores, cujo montante, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto se o referido protesto for decorrente de erro ou má-fé de terceiros devidamente comprovado pela Emissora e/ou Fiadores no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, ou se for revogado ou cancelado em até 5 (cinco) dias úteis contados da data do respectivo protesto;
- (f) em caso de (i) decretação de falência da Emissora, (ii) pedido de autofalência pela Emissora, (iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora não elidido ou rejeitado no prazo legal, (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial pela Emissora independentemente de deferimento ou homologação por juiz competente, (v) a dissolução ou liquidação da Emissora ou decretação de insolvência civil dos Fiadores;
- (g) decisão judicial de mérito transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora e/ou Fiadores, que imponha obrigação de pagamento em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), desde que tal valor

JUCESP
08.11.13

não seja pago ou garantido perante o juízo de execução no prazo legal;

- (h) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, ativos e propriedades da Emissora e/ou Fiadores em montante cujo valor isolado ou agregado seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) no caso da Emissora e R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) no caso dos Fiadores;
- (i) transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade por ações para sociedade empresária limitada, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (j) comprovação de que quaisquer das declarações realizadas pela Emissora e/ou Fiadores nesta Escritura de Emissão são falsas, ou enganosas, ou ainda, de modo relevante, sejam incorretas ou incompletas na data e nas condições que foram prestadas;
- (k) distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio nos 2 (dois) primeiros anos, contados da Data de Emissão, ou até a data de realização de oferta pública inicial de ações da Emissora, o que ocorrer primeiro, em valor superior a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido da Emissora apurado no respectivo exercício social;
- (l) alienação, pela Emissora ou por qualquer de suas controladas, de participações societárias, ou de ativos intangíveis, fixos e/ou imobilizados que correspondam, de maneira individual ou agregada ao valor equivalente a, no mínimo, 20% (vinte por cento) do EBITDA (conforme definido abaixo), sem prejuízo do disposto na alínea (n) abaixo;
- (m) resgate ou amortização de ações, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações em relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações através da distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio;
- (n) não atendimento, pela Emissora dos seguintes índices financeiros ("Índices Financeiros"): (i) Dívida Financeira Líquida/EBITDA menor ou

JUCESP
08.11.13

igual a 3,5 (três inteiros e cinco décimos) vezes e (ii) Liquidez Corrente maior ou igual a 1,5 (um inteiro e cinco décimos) vezes, que serão calculados e verificados anualmente com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas (conforme definido abaixo) anuais da Emissora, a partir (e inclusive) do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013;

- (o) se as obrigações de pagar da Emissora, previstas nesta Escritura de Emissão, deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com as demais dívidas quirográficas da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;
- (p) mudança ou alteração no objeto social da Emissora que modifique a atividade principal atualmente por ela praticada de forma relevante; e
- (q) caso a Fiança: (i) tenha sua validade ou exequibilidade questionada judicialmente, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, (ii) não seja devidamente constituída e formalizada, nos termos do item 4.13. acima; (iii) seja anulada, ou (iv) de qualquer forma, deixe de existir ou seja rescindida;
- (r) caso não haja aprovação pelos Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da nova garantia a ser apresentada pela Emissora conforme cláusula 4.13.13.

5.1.1. Para os efeitos do disposto no subitem (n) acima, aplicar-se-ão as seguintes definições:

- (a) "Dívida Financeira Líquida" significa o saldo devedor de principal e juros de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com instituições financeiras, incluindo operações de mercado de capitais, menos o saldo de caixa e aplicações financeiras, acrescido das dívidas e obrigações referentes às aquisições realizadas pela Emissora e/ou suas controladas, com base nas últimas Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas (conforme definido abaixo) anuais da Emissora;
- (b) "EBITDA" significa o lucro ou prejuízo líquido, antes da contribuição social e imposto de renda, resultados financeiros, provisões, depreciação e amortização, relativo a um período de 12 (doze) meses; e

- (c) "Liquidez Corrente" significa o resultado da divisão dos ativos circulantes pelos passivos circulantes.

5.2. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (a), (e), (f), (g), (i), (k), (m), (n), (r) e (s) do item 5.1. acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas ou à Emissora, desde que respeitados os prazos de cura/remediação eventualmente estabelecidos nas respectivas alíneas do item 5.1. acima, devendo, neste caso, o Agente Fiduciário enviar na mesma data notificação escrita nesse sentido à Emissora.

5.3. Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento que não os indicados nas alíneas (a), (e), (f), (g), (i), (k), (m), (n), (r) e (s) do item 5.1. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar uma AGD, em até 2 (dois) dias úteis da data em que tomar conhecimento do referido evento ou for assim informado pelos Debenturistas ou pela Emissora, o que ocorrer primeiro, para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula Oitava desta Escritura de Emissão e o quórum específico estabelecido no subitem 5.3.1. abaixo. A AGD prevista nesta Cláusula poderá também ser convocada pela Emissora, ou na forma do item 8.1.1 abaixo.

5.3.1. Se, na AGD referida acima, os Debenturistas detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado das Debêntures. Sem prejuízo do disposto no item 5.3.2 abaixo, caso a AGD delibere pela declaração do vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar na mesma data à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento, para que esta proceda ao pagamento das respectivas Debêntures, nos termos do item 5.4. abaixo.

5.3.2. Na hipótese de não instalação da AGD acima mencionada ou de ausência de Debenturistas suficientes para atender ao quórum de deliberação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação supramencionado, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, conforme o caso, aplicando-se o disposto no item 5.4.

5.4. Observado o disposto nesta Cláusula Quinta, declarado o vencimento

JUCESP
08.11.13

antecipado das Debêntures, a Emissora e os Fiadores obrigam-se, em até 2 (dois) dias úteis do recebimento da comunicação por escrito neste sentido a ser encaminhada pelo Agente Fiduciário, a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, acrescido dos valores devidos a título de encargos moratórios previstos nesta Escritura de Emissão, desde a data do respectivo inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS FIADORES

6.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação e na legislação em vigor, a Emissora obriga-se, ainda, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a:

- (a) enquanto permanecer em descumprimento com qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, não distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio além do mínimo obrigatório definido pela Lei das Sociedades por Ações. A proibição deste subitem (a) deixará automaticamente de existir tão logo a obrigação pecuniária seja cumprida;
- (b) disponibilizar em sua respectiva página na internet e manter disponível por um prazo de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, até o decurso de 3 (três) meses contados da data de término de cada exercício social ou na mesma data da efetiva divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora auditadas por auditor independente registrado na CVM, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Emissora");
- (c) cumprir com os requisitos do artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (d) fornecer ao Agente Fiduciário, (i) em até 10 (dez) dias úteis da data do recebimento da respectiva solicitação por escrito, todas as informações relevantes e razoáveis de forma correta e completa, que sejam

necessárias para a consumação da Oferta Restrita ou cumprimento de seus deveres nos termos desta Escritura de Emissão, (ii) no prazo de até 3 (três) dias úteis a partir da data do recebimento da respectiva solicitação, qualquer informação pertinente que seja solicitada para a defesa dos interesses dos Debenturistas, observada a legislação aplicável;

- (e) informar e enviar ao Agente Fiduciário todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização de relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações;
- (f) fornecer ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos devidamente arquivadas na JUCESP, em até 3 (três) dias úteis contados do respectivo registro na JUCESP;
- (g) fornecer ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão, devidamente registrada no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do domicílio da Emissora, do Agente Fiduciário e dos Fiadores, em até 5 (cinco) dias úteis após tal registro;
- (h) fornecer ao Agente Fiduciário, dentro de 15 (quinze) dias úteis da data em que foram disponibilizadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Emissora em sua página na rede mundial de computadores, relatório demonstrando a apuração dos Índices Financeiros, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração, bem como a legitimidade, validade, ausência de vícios e veracidade do cálculo demonstrando a apuração dos Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de conferência pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais;
- (i) manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta Restrita, exceto aquele objeto de contestação administrativa ou judicial;

- JUCESP
08.11.13
- (j) prestar informações, dentro do prazo de até 3 (três) dias úteis, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora, que possam prejudicar de forma adversa e relevante a situação econômico-financeira da Emissora e que tenham valor individual ou agregado (sempre quando da mesma natureza) superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), observado que referidas informações deverão ser apresentadas pela Emissora na forma de relatório descritivo da ocorrência e das medidas que serão adotadas pela Emissora para mitigar os efeitos da autuação em questão;
 - (k) preparar demonstrações financeiras em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM e submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM, e proceder à adequada publicidade de seus dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
 - (l) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos na República Federativa do Brasil;
 - (m) convocar, nos termos da Cláusula Oitava desta Escritura de Emissão, AGD para deliberar sobre qualquer das matérias previstas em lei e na presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
 - (n) observar as disposições da Instrução CVM 358 no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (o) encaminhar qualquer informação relevante para a presente Emissão que seja de conhecimento da Emissora, que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário e quaisquer informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, de natureza pecuniária ou não, incluindo, mas não se limitando aos eventos indicados no item 5.1. acima, no prazo de até 05 (cinco) dias após a cobrança feita pelo Agente Fiduciário ou imediatamente após a ocorrência do descumprimento, sem prejuízo dos demais procedimentos aplicáveis, nos termos desta Escritura de Emissão,

JUCESP
08 11 13

respectivamente;

- (p) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante e Instituição Depositária, CETIP e Agente Fiduciário;
- (q) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis comprovadas pelo Agente Fiduciário, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos, desta Escritura de Emissão;
- (r) rigoroso cumprimento pela Emissora, ao disposto na legislação aplicável ambiental, inclusive, mas não limitado à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;
- (s) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim;
- (t) manter válidas e regulares as licenças ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao seu regular funcionamento, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não resultem em impacto adverso relevante para suas atividades, ou na sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias, decorrentes desta Escritura de Emissão, e/ou a qualquer outra dívida que, se vencida e não paga, possa acarretar o vencimento antecipado das Debêntures ("Impacto Adverso Relevante");
- (u) cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto no

JUCESP
08.11.13

que se referir a leis, regras, regulamentos e ordens cujo descumprimento não resulte em Impacto Adverso Relevante para suas atividades;

- (v) enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não alterar seu objeto social de forma que (i) tal alteração possa resultar em um Impacto Adverso Relevante; e/ou (ii) deixe de atuar nos mercados em que a Emissora atua na data desta Escritura de Emissão, bem como não praticar qualquer ato ou negócio em desacordo com seu estatuto social ou não abrangido no seu objeto social;
- (x) enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não realizar a transformação da Emissora em sociedade empresária limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (z) notificar o Agente Fiduciário, em até 3 (três) dias úteis, caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura de Emissão tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas;
- (aa) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e CETIP;
- (bb) observar e cumprir as normas de conduta previstas no artigo 48 da Instrução CVM 400, com exceção do inciso III;
- (cc) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário perante o CETIP 21, arcando com os respectivos custos;
- (dd) utilizar os recursos líquidos obtidos com a Oferta Restrita estritamente nos termos do item 3.5. acima; e
- (ee) informar o Agente Fiduciário em até 01 (um) Dia Útil sobre a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento.

6.2. Os Fiadores estão adicionalmente obrigados a:

- (a) enviar ao Agente Fiduciário no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado da data de recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida relacionada a um Evento de Inadimplemento; e

- JUCESP
08.11.13
- (b) encaminhar qualquer informação relevante para a presente Emissão, que seja de conhecimento dos Fiadores, que lhes venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário e quaisquer informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, de natureza pecuniária ou não, incluindo, mas não se limitando aos eventos indicados no item 5.1. acima, no prazo de até 05 (cinco) dias após a cobrança feita pelo Agente Fiduciário ou imediatamente após a ocorrência do descumprimento, sem prejuízo dos demais procedimentos aplicáveis, nos termos desta Escritura de Emissão, respectivamente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificada no preâmbulo, a qual, neste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão de Debenturistas.

7.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei:

- (a) que nesta data não possui, e, na Data de Emissão não terá qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10, da Instrução CVM 28 para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função para qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (c) conhecer e aceitar integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente das disposições regulamentares aplicáveis expedidas pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, em especial, das disposições contidas na Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de

03 11 13
outubro de 1990;

- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário nos termos da legislação aplicável em vigor;
- (i) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, lícita, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com seus termos e condições;
- (j) que é Agente Fiduciário da 1ª emissão de debêntures da Companhia, a qual consistiu na emissão de 15.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, no valor total de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), com vencimento em 5 anos a contar da respectiva data de emissão, isto é, em 15 de agosto de 2017 ("1ª Emissão"). A 1ª Emissão é integralmente garantida por fiança dos Srs. Marcelo Faria de Lima, Erwin Theodor Herman Louise Russel e Gerhard Walter Schultz. Não ocorreram quaisquer eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período;
- (k) que assegura e assegurará o tratamento equitativo a todos os debenturistas da 1ª Emissão, bem como aos Debenturistas desta Emissão, bem como de eventuais outras emissões da Companhia, de sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo econômico;
- (l) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- (m) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, bem como a suficiência da garantia de Fiança, com base nos

documentos que lhe foram enviados. Declara ainda que quando da assinatura da presente Escritura de Emissão a Fiança ainda não estava devidamente constituída, conforme cláusula 2.1.5 acima.

7.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago ou até sua efetiva substituição.

7.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, a AGD será convocada dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do evento que a determinar, para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem no mínimo 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido no parágrafo primeiro do artigo 2º da Instrução CVM 28, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias de antecedência da respectiva AGD para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto nos itens 7.3.6. e 7.5.2. abaixo.

7.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

7.3.3. A nomeação do novo Agente Fiduciário será aprovada mediante deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para subscrição e integralização das Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita (a) ao quórum previsto no item 7.3.3. acima, e (b) à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos nos

artigos 9º e 10 da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores aplicáveis.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP.

7.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada em AGD.

7.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

7.3.8. O novo agente fiduciário deverá, imediatamente após a sua nomeação, comunicar a aceitação do cargo aos Debenturistas.

7.4. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o

oficial do registro notificará a Emissora para que esta lhe forneça as informações e documentos necessários;

- (f) acompanhar a observância, pela Emissora, da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar aos respectivos órgãos, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores, cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que devidamente fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (j) convocar, quando necessário, a AGD mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão;
- (k) comparecer às AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - i. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - ii. alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;

JUCESP
06 11 13



- iii. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- iv. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- v. amortização e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- vi. acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados fornecidos pelos administradores da Emissora;
- vii. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos na Cláusula Quinta desta Escritura de Emissão;
- viii. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões e outras exigidas ou que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável:
 - a) denominação da companhia ofertante;
 - b) valor da emissão;
 - c) quantidade de debêntures emitidas;
 - d) espécie das debêntures emitidas;
 - e) prazo de vencimento das debêntures emitidas;
 - f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores, caso aplicável; e
 - g) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e

inadimplemento no período.

- ix. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- (m) disponibilizar o relatório de que trata o inciso "(l)" aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - i. na sede da Emissora;
 - ii. na sede do Agente Fiduciário;
 - iii. na CETIP; e
 - iv. na sede dos Coordenadores.
- (n) publicar, nos órgãos da imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso anterior;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitações junto à Emissora, à CETIP e ao Banco Liquidante, sendo que, exclusivamente para fins de atendimento ao disposto neste item, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem as solicitações necessárias para tanto feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e de seus respectivos Debenturistas;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (q) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas, se for o caso;
- (r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão,

indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

- i à CVM; e
- ii à CETIP;
- (s) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos no item 5.1. acima e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos;
- (t) verificar o Valor Unitário das Debêntures calculado pela Emissora e disponibilizá-lo diariamente aos Debenturistas, e aos participantes do mercado, por meio de seu website (www.oliveiratrust.com.br); e
- (u) divulgar as informações referidas na alínea (l.viii) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento.

7.5. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e na realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora, observadas as condições da presente Escritura de Emissão e as disposições legais aplicáveis:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) executar a Fiança, aplicando o produto no pagamento das Debêntures de forma integral ou proporcional, conforme o caso;
- (d) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.5.1. Observado o disposto no item 6.1. acima, o Agente Fiduciário somente se

JUCESP
08.11.13

eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas do item 7.5. acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, observado que, para a alínea (a) acima, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures nos termos do item 5.3.1. acima, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) do item 7.5. acima.

7.5.2. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, parcelas anuais de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) cada uma, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil após a assinatura desta Escritura de Emissão e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes.

7.5.3. No caso de inadimplemento financeiro pela Emissora, será devido ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado (i) às atividades para assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação de suas condições, requerido pela Emissora, (ii) ao comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os Debenturistas, e (iii) à implementação das consequentes decisões dos Debenturistas e da Emissora. A remuneração adicional deverá ser paga mensalmente pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado, no mês em referência, às atividades mencionadas, e na execução das garantias ou das Debêntures;

7.5.4. No caso de celebração de aditamentos à Escritura de Emissão bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.

7.5.5. O pagamento das parcelas de remuneração descritas acima deverá ser feito ao Agente Fiduciário, acrescido dos valores relativos aos impostos e incidentes sobre o faturamento.

7.5.6. As parcelas citadas no item 7.5.2. supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua

utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, até as datas de pagamento seguintes, calculadas pro rata die, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

7.5.7. As parcelas serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social) e, IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes na data de cada pagamento, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes.

7.5.8. As remunerações não incluem todas as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, sendo que estas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas correspondem a honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados e adiantados pelos Debenturistas se assim definido na competente decisão judicial, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

7.5.9. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

7.5.10. A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais

como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal aos Debenturistas.

7.5.11. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida ao Agente Fiduciário as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

7.5.12. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos.

CLÁUSULA OITAVA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

8.2. As AGD poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.3. A convocação das AGD dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos veículos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

JUCESP
08 11 13

8.3.1. As AGD deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias contados da data da primeira publicação da respectiva convocação. Em segunda convocação a AGD somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para instalação da respectiva AGD em primeira convocação.

8.4. As deliberações adotadas pelos Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

8.5. As AGD instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

8.5.1. Para efeito da constituição de qualquer quórum de instalação e/ou deliberação de uma AGD a que se refere esta Escritura de Emissão, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de titularidade de sociedades direta ou indiretamente controladoras, controladas, coligadas ou sob controle comum da Emissora, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quórum de deliberação, não serão computados os votos em branco.

8.6. A presidência e secretaria das AGD caberão aos representantes eleitos pela maioria dos Debenturistas presentes, ou àqueles que forem designados pela CVM.

8.7. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações tomadas em AGD dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

8.7.1. Nas deliberações da AGD que tenham por objeto alterar a (i) Remuneração; (ii) a Data de Vencimento; (iii) quóruns de deliberação de AGD previstos neste item 8.7; e (iv) hipóteses de Eventos de Inadimplemento, conforme previstas no item 5.1. acima, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem

JUCESP
08.11.13

no mínimo 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação. O quórum previsto para alterar as hipóteses de Eventos de Inadimplemento, conforme item (iv) deste item 8.7.1., não guarda qualquer relação com o quórum para declaração de vencimento antecipado estabelecido no item 5.3.1. acima.

8.7.2. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGD, exceto nas hipóteses de convocação pela Emissora, nas quais a presença da Emissora será obrigatória.

8.8. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura de Emissão serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

8.9 O Agente Fiduciário deverá comparecer às AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.10. As deliberações tomadas em AGD pelos Debenturistas em conformidade com as formalidades e quóruns previstos nesta Escritura de Emissão serão existentes, válidas e eficazes perante todos os Debenturistas, obrigando-os independente de terem comparecido à ou do voto proferido na respectiva AGD.

CLÁUSULA NONA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DOS FIADORES

9.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) a Emissora é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) a Emissora está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações necessárias, inclusive, conforme aplicável, as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno

JUCESP
08 11 13

vigor;

- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) o Estatuto Social da Emissora; (ii) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (ii.1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (ii.2) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data, ou (ii.3) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos, exceto por aqueles cuja contraparte tenha renunciado ao direito de declarar qualquer obrigação antecipadamente vencida (ii.4) em necessidade de obtenção de autorização prévia ou expressa das partes contratantes, exceto por aqueles já obtidos na presente data; (iii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iv) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que resulte em um Impacto Adverso Relevante;
- (e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) a Emissora está cumprindo, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;

- DUCESP
03 11 13
- (g) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (h) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.5. desta Escritura de Emissão;
- (i) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores da Oferta Restrita, em observância ao princípio da boa-fé;
- (j) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (k) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (l) as declarações descritas nesta Cláusula Nona, bem como todas as demais declarações prestadas pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão são verdadeiras, consistentes e corretas.

9.2. Os Fiadores neste ato declaram que:

- a. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelos Fiadores;
- b. a celebração da Escritura de Emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais os Fiadores sejam parte, nem resultará em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses

43



contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem dos Fiadores, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- c. nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação é exigido para o cumprimento, pelos Fiadores, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; e
- d. as obrigações assumidas na Fiança constituem obrigação legal, válida e vinculativa dos Fiadores, exequível de acordo com os seus termos e condições, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NOTIFICAÇÕES

10.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

PRODUQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Avenida Paulista, 1.753, 3º andar

CEP 01310-920 – São Paulo/SP

At.: Srs. Gerhard Walter Schultz e Adilson Inácio da Silva

Telefone: (11) 3016-9600

Fax: (11) 3016-9688

Correio Eletrônico:
Adilson.silva@produquimica.com.br

gws@produquimica.com.br

/

Para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Av. das Américas nº 500, Bloco 13, Grupo 205 – Condomínio Downtown

Barra da Tijuca – Rio de Janeiro

At: Sr. Gustavo Dezouzar Teixeira Pinto

Telefone: (21) 3514-0000

Fac-símile: (21) 3514-0099

E-mail: Gustavo@oliveiratrust.com.br e ger1.agente@oliveiratrust.com.br

Para o os Fiadores:

MARCELO FARIA DE LIMA

Avenida das Nações Unidas, 12.551, 15º andar, conjunto 1.507, parte

CEP: 04578-000 – São Paulo/SP

Telefone: (11) 3512-6801

Fax: (11) 3512-6855

Correio Eletrônico: marcelo@artesia.com.br

ERWIN THEODOR HERMAN LOUISE RUSSEL

Avenida das Nações Unidas, 12.551, 15º andar, conjunto 1.507, parte

CEP: 04578-000 – São Paulo/SP

Telefone: (11) 3512-6801

Fax: (11) 3512-6855

Correio Eletrônico: erwin@artesia.com.br

GERHARD WALTER SCHULTZ

Avenida Paulista, 1.753, 3º andar

CEP 01310-920 – São Paulo/SP

At.: Sr. Gerhard Walter Schultz

Telefone: (11) 3016-9600

Fax: (11) 3016-9688

Correio Eletrônico: gws@produquimica.com.br /

Para o Escriturador Mandatário:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar

São Paulo - SP

CEP: 04538-132

At.: Douglas Callegari

Telefone: (11) 2797-4431

Fax: (11) 2797.3140

Correio Eletrônico: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

Para o Banco Liquidante:

Itaú Unibanco S.A.

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 10º andar

São Paulo – SP

CEP: 04303-010

At.: Douglas Callegari

Telefone: (11) 2797-4431

Fax: (11) 2797.3140

Correio Eletrônico: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. - MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar

São Paulo – SP

CEP: 01452-001

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

10.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), sendo que os prazos serão contados a partir da data do Aviso de Recebimento. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente à outra parte pela parte

que tiver seu endereço alterado, observado que a parte que não cumprir com esta obrigação será responsável pelos prejuízos que der causa.

CLÁUSULA ONZE – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures e/ou à Emissora em razão de qualquer inadimplemento das obrigações relativas à Emissão, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

11.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.4. Caso esta Escritura de Emissão venha a ser julgada inválida, nula, ou inexecutível, conforme declarada em decisão judicial de qualquer natureza, as partes, em boa-fé, comprometem-se a substituir esta Escritura de Emissão por outro instrumento que, na medida do possível, produza o mesmo efeito

11.5. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

11.6. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

 47

11.7. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

11.8. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos e dos atos societários relacionados a esta Emissão na JUCESP serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

11.9. Todas as informações prestadas pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão e que estejam relacionadas às suas demonstrações financeiras e/ou demonstrações financeiras padronizadas e/ou informações trimestrais, caso aplicável, devem ser interpretadas como sendo informações consolidadas da Emissora.

11.10. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

11.11. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

11.12. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com o disposto nesta Escritura de Emissão e, conforme aplicável nos termos desta Escritura de Emissão, com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora que não contrariem as disposições legais e regulamentares em vigor à época, tampouco as disposições da presente Escritura de Emissão, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em

decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora que não decorram de sua comprovada e exclusiva culpa. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

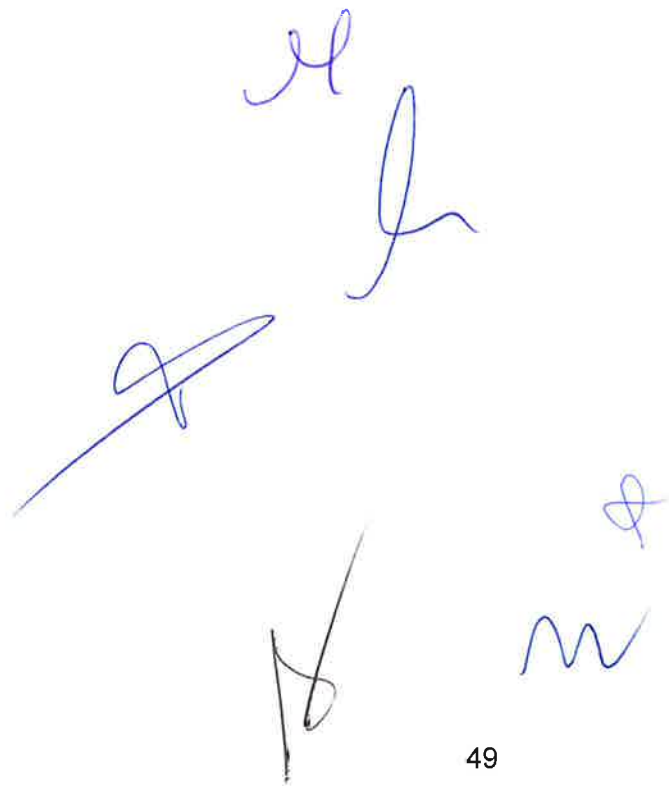
CLÁUSULA DOZE – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário em 5 (cinco) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

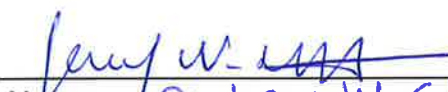
São Paulo, 30 de outubro de 2013.

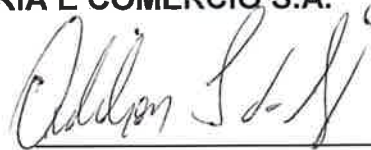
[O restante da página foi deixado intencionalmente em branco.]

The block contains several handwritten signatures in blue ink. There are four distinct signatures: one at the top right, one in the middle left, one at the bottom left, and one at the bottom right. The signatures are stylized and appear to be of different individuals.

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária e com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Produquímica Indústria e Comércio S.A."

PRODUQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.


Nome: Gerhard W. Schultz
Cargo: diretor presidente


Nome: Adilson S. do Silva
Cargo: diretor financeiro

Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária e com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Produquímica Indústria e Comércio S.A."

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Nome:

Cargo:

Marcelo Takeshi Yano de Andrade
Procurador

Nome:

Cargo:

Sônia Regina Menezes
Procuradora

JUCESP
08 11 13

Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária e com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Produquímica Indústria e Comércio S.A."

MARCELO FARIA DE LIMA



Handwritten text in blue ink, possibly a signature or initials, located on the right side of the page.

Handwritten text in blue ink, possibly a signature or initials, located on the right side of the page.

Handwritten text in blue ink, possibly a signature or initials, located at the bottom right of the page.

Handwritten text in blue ink, possibly a signature or initials, located at the bottom right of the page.

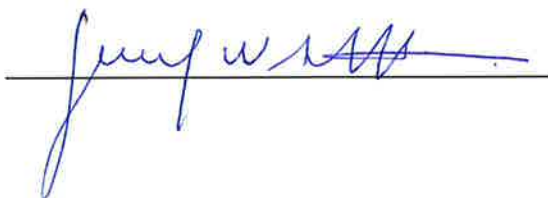
Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária e com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Produquímica Indústria e Comércio S.A."

ERWIN THEODOR HERMAN LOUISE RUSSEL



Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária e com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Produquímica Indústria e Comércio S.A."


GERHARD WALTER SCHULTZ



TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF/MF:


Alina Chellaro T. de Moraes
RG: 29.705.740-8 SP/MS
CPF: 274.753.225-31

Nome:

CPF/MF:

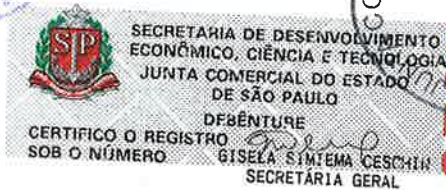

Milena Ibanhes Veiga
RG 13.031.433 SSP/SP
CPF 249.839.638-12



1o. Oficial do Registro de Títulos e Documentos
Cidade do Rio de Janeiro
Rua São José, 90 / 1908 - Centro - Rio de Janeiro - (21) 2221-2209
Apresentado hoje, protocolado e
registrado em mídia ótica sob o No.

1844529

Rio de Janeiro, 14/11/2013
BERNARDINO DE CARVALHO



ED001286-5/000



2º

Emol.
Estado
Ipesp
R. Civil
T. Justiça

2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.565.272/0001-77
Rua Senador Paulo Egídio, 72 cj.110 - Sé - CEP. 01006-010 - São Paulo/SP
Protocolado e prenotado sob o n. **3.542.089** em
13/11/2013 e registrado, hoje, em microfilme
sob o n. **3.542.087**, em títulos e documentos.
São Paulo, 13 de novembro de 2013

Total R\$ 12.526,44

Selos e taxas
Recolhidos
p/verba

Gentil Domingues dos Santos - Oficial
Douglas Soares Saugo - Escrevente Autorizado